podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações financeiras apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros. **2.14. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) - *Ativos financeiros não-derivativos* -** O Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia. ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado -*** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as outras partes estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. Em relação aos seus ativos financeiros, a Companhia avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja significativa. O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado. ***Ativos não financeiros –*** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **3. Estimativas e julgamentos contábeis -** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa -*** A Companhia efetua estudos para avaliar o registro de eventual provisão para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda. ***(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa -*** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de uma ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia. Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos. ***(c) Provisão para contingências -*** A Companhia discute questões cíveis e tributárias nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro -** As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos especulativos. A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. ***(a) Risco de mercado -*** A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. ***(b) Risco de liquidez -*** É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente. **4.2. Gestão de capital -** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2024	2023
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	94.220	358.221
Contas a receber de clientes	4.058.558	45.905.055
Adiantamentos	8.999.170	38.635.079
Outras contas a receber	415.543	377.577
Partes relacionadas	341.795.663	348.069.855
	355.363.154	433.345.787
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Fornecedores	12.762.421	85.135.927
Outras contas a pagar	1.793.170	30.334.513
Provisão para passivos financeiros	35.772.331	35.772.331
Passivos em recuperação judicial	39.838.665	32.844.178
Partes relacionadas	107.456.514	89.714.465
	197.623.101	273.801.414

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	-	101.601
Bancos conta movimento	94.220	256.620
	94.220	358.221

7. Contas a receber de clientes

	2024	2023
Duplicatas a receber - Terceiros	5.828.966	35.208.983
Duplicatas a receber - Coligadas	3.689.197	10.696.072
	9.518.163	45.905.055
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.459.605)	-
	4.058.558	45.905.055
Circulante	2.880.444	45.905.055
Não circulante	1.178.114	-

O saldo a receber por data de vencimento ("aging list") está demonstrado da seguinte forma:

	2024	2023
A vencer	269.304	-
Vencidos		
até 30 dias	119.151	445.062
de 31 a 60 dias	1.500	58.659
de 61 a 90 dias	-	933.160
de 91 a 120 dias	-	129.129
de 121 a 180 dias	355.748	254.830
acima de 180 dias	8.772.460	44.084.215
	9.518.163	45.905.055

8. Estoques

	2024	2023
Matérias primas	2.297.533	1.171.913
Produtos em processo	21.647	2.953.218
Produtos acabados	2.959.070	-
Almoxarifado de peças para manut. e reposição	6.746.427	6.817.059
	12.024.677	10.942.190
Provisão para perdas sobre estoques	(193.074)	-
	11.831.603	10.942.190

9. Impostos a recuperar

	2024	2023
ICMS a recuperar	8.292	7.875.290
IPI a recuperar	1.642.421	4.409.557
IRRF a recuperar	-	28.418
PIS a recuperar	169.305	1.404.706
COFINS a recuperar	779.821	6.734.379
	2.599.839	20.452.350

10. Adiantamentos

	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	8.959.179	38.635.079
Adiantamentos a funcionários	39.991	-
	8.999.170	38.635.079

11. Depósitos e bloqueios judiciais

	2024	2023
Depósitos judiciais	14.245.098	5.340.403
Bloqueios judiciais	1.587.545	-
	15.832.643	5.340.403

12. Investimentos

	% de participação	2024	2023
Capital em outras empresas			
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A (*)	2,400%	6.639.696	6.639.696
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA	5,300%	11.230.136	11.230.136
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA (*)	1,900%	8.221.209	8.221.209
Companhia Agro Industrial de Goiana (*)	19,600%	31.859.960	31.859.960
Industria de Sacos de Papel S/A	1,200%	1.137.685	1.137.685
Itaberaba Agropecuária Ltda. (*)	0,400%	10.733	10.733
Itaclínica Ltda. (*)	0,002%	4	4
Itaguarana S/A (*)	1,100%	641.451	641.451
Itaguarema Imobiliária Ltda.	2,700%	72.465	72.465
Itaguassu Agro Industrial S/A (*)	11,000%	13.205.555	13.205.555
Itaguatins S/A – Agropecuária	7,100%	97.805	97.805
Itaimbe Agropecuária Ltda. (*)	0,100%	23.950	23.950
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A (*)	9,400%	35.113.654	35.113.654
Itajubara S/A Açúcar e Álcool (*)	1,100%	1.832.951	1.832.951
Itapagé S/A Celulose e Papéis e Artefatos (*)	7,700%	18.313.477	18.313.477
Itapessoca Agro Industrial S/A (*)	0,002%	5.401	5.401
Itapetinga Agro Industrial S/A (*)	6,800%	5.361.812	5.361.812
Itapissuma S/A (*)	19,700%	44.017.697	44.017.697
Itapuí Barbalhanse Indústria de Cimentos S/A (*)	1,000%	1.201.728	1.201.728
Itautinga Agro Industrial S/A (*)	11,000%	13.057.259	13.057.259
Nassau Gráfica do Nordeste S/A (*)	23,500%	407.037	407.037
Versal Gráfica e Editora S/A	0,200%	37.000	37.000
		192.488.665	192.488.665
Outros investimentos		66.544	66.544
		192.555.209	192.555.209
Perdas estimadas sobre investimentos (*)		(179.913.574)	(179.913.574)
		12.641.635	12.641.635

(*) As perdas estimadas foram constituídas sobre os investimentos em empresas que possuem passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2024.

13. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, aparelhos e equipam.	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxas anuais de depreciação / amortização / exaustão	-	4%	10%	3%	10%	20%	10%	-	
Em 31 de dezembro de 2023									
Saldo inicial	1.257.222	172.556.447	205.258.781	108.018.860	2.277.351	4.103.779	-	5.227.519	498.699.959
Depreciação, amortização e exaustão	-	(2.063.814)	(174.794)	(43.526)	(13.795)	-	-	-	(2.295.929)
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	-	(173.269.142)	(203.151.379)	(110.800.475)	(2.137.774)	(4.221.751)	-	(5.762.958)	(499.343.479)
Ajustes de saldos	-	8.394.954	19.180.764	3.809.787	(120.363)	117.972	-	535.439	31.918.553
	1.257.222	5.618.445	21.113.372	984.646	5.419	-	-	-	28.979.104
Custo	1.257.222	50.633.791	50.166.797	1.521.867	661.467	1.466.831	990.889	-	106.698.864
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	-	(45.015.346)	(29.053.425)	(537.221)	(656.048)	(1.466.831)	(990.889)	-	(77.719.760)
Saldo contábil, líquido	1.257.222	5.618.445	21.113.372	984.646	5.419	-	-	-	28.979.104
Em 31 de dezembro de 2024									
Saldo inicial	1.257.222	5.618.445	21.113.372	984.646	5.419	-	-	-	28.979.104
Adições	-	-	98.807	-	8.221	-	-	-	107.028
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(5.300)	-	-	-	-	-	(5.300)
Depreciação, amortização e exaustão	-	(2.059.108)	(170.332)	(43.645)	(4.005)	-	-	-	(2.277.090)
Ajustes de saldos	-	-	(20.818.141)	-	-	-	-	-	(20.818.141)
	1.257.222	3.559.337	218.406	941.001	9.635	-	-	-	5.985.601
Custo	1.257.222	50.633.791	50.260.304	1.521.867	669.688	1.466.831	990.889	-	106.800.592
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	-	(47.074.454)	(50.041.898)	(580.866)	(660.053)	(1.466.831)	(990.889)	-	(100.814.991)
Saldo contábil, líquido	1.257.222	3.559.337	218.406	941.001	9.635	-	-	-	5.985.601

14. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores - terceiros	8.554.552	32.627.970
Fornecedores - partes relacionadas	4.207.869	52.507.957
	12.762.421	85.135.927

Durante o exercício de 2024, a Companhia não efetuou operações de "Risco Sacado", que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Salários a pagar	425.098	-
Provisão de férias e encargos sociais	949.051	-
INSS a recolher	246.701	-
FGTS a recolher	1.744.406	-
Outras obrigações sociais e trabalhistas (i)	4.287	22.127.470
	3.369.543	22.127.470

(i) A variação refere-se à transferência de grande parte do saldo devedor para a rubrica "Transação PGFN – Obrigações fiscais", após a conclusão da Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16(i).

16. Obrigações fiscais

	2024	2023
ICMS a recolher	4.766.506	-
Dívida ativa - previdenciária	1.746.206	-
Dívida ativa - não previdenciária	821.531	-
Transação PGFN (i)	46.275.648	-
Outras obrigações fiscais (ii)	71.985	99.978.831
	53.681.876	99.978.831
Circulante	7.406.229	99.978.831
Não circulante	46.275.647	-

(i) O **Grupo João Santos**, do qual a **Itapicuru Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial** faz parte, firmou acordo, em agosto de 2023, de Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), com o fito de regularizar as dívidas fiscais existentes e inscritas em dívida ativa até dezembro de 2022, em nome das suas quarenta e uma empresas, no montante aproximado de R$ 10,7 bilhões. Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a PGFN e o **Grupo João Santos** chegaram a termos da transação que resultaram na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, sendo 64% referentes a descontos de multa e juros e 22% referentes a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro. No caso da **Itapicuru Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial** os montantes envolvidos montaram a R$ 194.534.065 e R$ 66.908.948, respectivamente. A efetivação do pagamento inicial de R$ 230.000.000 para consolidação da transação foi realizada nos dias 31 de janeiro e 29 de fevereiro de 2024, nos valores de R$ 150.000.000 e R$ 80.000.000, respectivamente, obedecendo todas as cláusulas vigentes para celebração do referido acordo, de forma que foram refletidos os impactos de descontos e compensação de prejuízos fiscais no exercício de 2024. O prazo para quitação do referido acordo é até agosto de 2026. Os recursos para os referidos pagamentos foram obtidos por meio de financiamento, na modalidade *debitor-in-possession* ("Financiamento DIP"), junto a ARC Crédito III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. A operação envolveu o oferecimento de garantias reais sobre bens imóveis e ativos minerários, cujas constituições obedeceram aos ritos previstos nos estatutos/contratos sociais de cada Companhia/Empresa integrante do **Grupo João Santos**. (ii) A variação refere-se à transferência de grande parte do saldo devedor para a rubrica "Transação PGFN", após a conclusão da Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ajustes de conciliação efetuados em 2024.

17. Parcelamentos tributários

	2024	2023
Parcelamentos federais (a)	-	49.329.356
Parcelamentos estaduais (b)	173.736.736	55.647.448
	173.736.736	104.976.804
Circulante	11.860.206	-
Não circulante	161.876.530	104.976.804

(a) A variação ocorreu em função dos ajustes de conciliação efetuados em 2024. (b) Em dezembro de 2024, foram negociados junto ao Governo do Estado do Maranhão, débitos de ICMS gerados entre 1998 a 2024, cujas liquidações se darão em até 180 meses.

18. Provisão para passivos financeiros - Representam saldos passivos constantes nos registros contábeis da Companhia, atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, conforme art. 49 da Lei nº 11.101/2005, cuja documentação suporte foi recolhida pelas autoridades judiciais. Entretanto, a Administração, de forma conservadora, optou por manter a provisão dos saldos anteriormente constituídos sujeitos a futuros ajustes, caso sejam necessários.

19. Passivos em recuperação judicial

	2024	2023
Fornecedores	27.621.842	5.323.709
Instituições financeiras	3.663.252	3.663.252
Credores trabalhistas	8.553.571	23.857.217
	39.838.665	32.844.178

Referem-se aos valores apresentados na segunda lista de credores, divulgada em maio de 2023 e atualizada em setembro de 2024, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(b).

20. Provisão para contingências - ***(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço -*** A Companhia é parte envolvida em processos de naturezas cível e tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:

	2024
Cível	20.612.573
Tributária	163.658
	20.776.231

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço - Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía ações de natureza cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R$ 1.504.937. ***(c) Processos transitados em julgado – Decisão STF -*** No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada). A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

21. Passivo a descoberto - ***(a) Capital social -*** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R$ 353.657.783, dividido em 369.815 ações, no valor nominal de R$ 956,31 cada uma, sendo 351.128 ações ordinárias ou comuns; 153 ações preferenciais, nominativas, especiais, resgatáveis, classe "A"; 589 ações preferenciais, nominativas, especiais, classe "C"; 825 ações preferenciais, nominativas, especiais, classe "D"; e, 17.120 ações preferenciais, nominativas, especiais, denominadas classe "E".

	2024 e 2023	
Acionista	**Participação (%)**	**Valor (R$)**
Nassau Administração e Participações Ltda.	51,61%	182.521.327
CBE - Companhia Brasileira de Equipamento	30,48%	107.794.892
Itamaracá S/A	8,75%	30.935.672
João Pereira dos Santos (Espólio)	4,74%	16.764.114
Itaipava S/A	1,40%	4.965.162
Itapessoca Agro Industrial S/A	0,70%	2.460.586
Itapetinga Agro Industrial S/A	0,60%	2.139.265
Outros acionistas	1,72%	6.076.765
	100,00%	353.657.783

(b) Destinação do lucro do exercício - O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto: 5% para constituição de reserva legal, até que atinja 20% do capital social; Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade; O saldo remanescente será objeto de deliberação em Assembleia Geral. ***(c) Ajustes de exercícios anteriores***

	2024	2023
Regularização de saldos patrimoniais (valor líquido)	(258.322.216)	(2.113.085)
Ajustes do saldo de passivos em recuperação judicial	(10.698.838)	(26.852.023)
	(269.021.054)	(28.965.108)

(d) Ajuste de avaliação patrimonial - O reconhecimento dos ajustes de avaliação patrimonial efetuados pelas empresas do **Grupo João Santos**, no período de 2013 a 2018, não obedeceram a todos os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes, especialmente os Pronunciamentos Técnicos CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 e CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para devido reconhecimento. Desta forma, a fim de obedecer às normas vigentes, em 2023 foram revertidos os valores anteriormente registrados.

22. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receitas brutas		
Vendas brutas de produtos	90.439.631	21.930.975
Revenda de produtos	612.957	-
Outras receitas -	1.583	-
	91.054.171	21.930.975
Deduções		
Tributos sobre vendas	(25.831.084)	(5.453.592)
Devoluções e descontos	(14.441)	(62.435)
	(25.845.525)	(5.516.027)
	65.208.646	16.414.948

23. Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Insumos	(51.342.814)	(21.664.163)
Energia elétrica	(2.637.031)	(1.465.024)
Combustíveis e lubrificantes	(327.289)	(375.525)
Fretes	(378.568)	(203.542)
Salários e ordenados	(5.622.514)	(3.769.142)
Materiais de reposição	(1.902.869)	(1.335.102)
INSS e FGTS	(2.777.919)	(1.638.859)
Serviços tomados	(2.197.473)	(1.224.754)
Depreciação, amortização e exaustão	(2.277.090)	(2.295.929)
Manutenções	(760.019)	(41.457)
13º salário e férias	(1.214.354)	(890.879)
Provisões com contingências	(20.776.231)	-
Outros custos e despesas	(2.897.663)	(2.303.297)
	(95.111.834)	(37.207.673)
Custo dos produtos vendidos	(66.317.305)	(32.998.261)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(28.794.529)	(4.209.412)
	(95.111.834)	(37.207.673)

24. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros e descontos ativos	15.496	-
Descontos obtidos sobre tributos (i)	194.534.065	-
	194.549.561	-
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(41.799)	-
Juros e multas de mora	(203.804)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(855.230)
Juros e multas sobre impostos e contribuições	(13.305.666)	-
Atualização monetária sobre tributos	(5.161.008)	-
Outras despesas financeiras	(140.376)	-
	(18.852.653)	(855.230)
	175.696.908	(855.230)

(i) Referem-se aos efeitos do desconto de multas e juros, decorrentes da transação efetuada junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16(i).

25. Partes relacionadas

	2024
Ativo circulante	
Contas a receber de clientes	
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	42.776
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	156.133
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	180.168
Itabira Agro Industrial S/A	45.982
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A	622.935
Itapagé S/A Celulose e Papéis e Artefatos	235.279
Itapetinga Agro Industrial S/A	2.130.793
Itapuí Barbalhanse Indústria de Cimentos S/A	41.132
Itautinga Agro Industrial S/A	67.769
Outros	166.230
	3.689.197
Passivo circulante	
Fornecedores	
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	206.347
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	444.543
Itabira Agro Industrial S/A	3.228.127
Itapetinga Agro Industrial S/A	312.702
Outros	16.150
	4.207.869

Os saldos comparativos do exercício de 2023 não foram informados em função da Companhia não possuir essa informação para a referida data-base.

	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	2024	2023	2024	2023
Mútuo (*)				
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	49.324.153	52.301.197	1.170.906	5.721.517
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	81.950.757	67.589.452	8.217.099	875.117
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA	-	-	17.814.517	17.814.517
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	-	9.521.641	-	2.765.600
Itabira Agro Industrial S/A	16.854.760	16.854.760	-	-
Itaguarana S/A	2.106.642	2.106.642	-	-
Itaguarema Imobiliária Ltda.	9.253.686	9.262.498	-	-
Itaipava S/A	34.650.396	34.544.054	3.899	-
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A	14.714.204	14.714.204	-	-
Itajubara S/A Açúcar e Álcool	2.933.847	3.180.911	120.577	1.127.806
Itamaracá S/A	25.374.463	25.373.746	-	-
Itapagé S/A Celulose e Papéis e Artefatos	54.687	-	57.942.694	57.942.015
Itapessoca Agro Industrial S/A	23.518.537	23.456.537	50.000	50.000
Itapetinga Agro Industrial S/A	15.056.744	15.480.039	57.500	480.794
Itapicuru Agro Industrial S/A	7.894.702	5.050	7.894.702	-
Itapissuma S/A	-	-	2.451.431	1.362.880
Itapitanga Industria de Cimentos de Mato Grosso S/A	4.604.449	4.681.970	-	-
Itapuí Barbalhanse Indústria de Cimentos S/A	2.136.258	2.432.575	-	-
Itautinga Agro Industrial S/A	-	-	8.699.604	701.299
Mamoaba Agro Pastoril S/A	2.304.370	14.615.361	-	-
Nassau Administração e Partipações Ltda.	43.490.592	43.509.198	2.631.572	-
Nassau Editora, Rádio e Televisão Ltda.	707.119	1.172.043	46.056	-
Sociedade de Táxi Aéreo Weston Ltda.	3.530.280	3.530.280	-	-
Outros	1.335.017	3.737.697	355.957	872.920
	341.795.663	348.069.855	107.456.514	89.714.465

(*) Refere-se a operações entre partes relacionadas cujos prazos de vencimento são indeterminados e não há atualização monetária nem incidência de juros sobre as referidas transações.

26. Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía apólices de seguros contratados para cobrir eventuais perdas com sinistros de ativos ou operacionais. **27. Evento subsequente -** ***Homologação do Plano de Recuperação Judicial -*** Em 7 de fevereiro de 2025 foi homologado o plano de recuperação judicial do **Grupo João Santos**, conforme citado na Nota Explicativa nº 1(b). Até abril de 2025, o **Grupo João Santos** liquidou os montantes de R$ 12.886.889 e R$ 3.357.572, referentes à classe trabalhista (1.734 credores) e classes III e IV, respectivamente.

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Itapicuru Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial**
Codó – MA

Opinião com ressalvas - Examinamos as demonstrações financeiras da **Itapicuru Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Itapicuru Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas -** i. Em virtude da **Itapicuru Agro Industrial S/A – Em Recuperação Judicial** encontrar-se em processo de conciliação de alguns saldos contábeis, que não havia sido concluído até a data de emissão deste relatório, ficamos impossibilitados de aplicar os devidos procedimentos de auditoria sobre as contas "Adiantamentos", "Fornecedores" e "Provisão para passivos financeiros", cujo saldos em 31 de dezembro de 2024 montam a R$ 8.999.170, R$ 12.762.421 e R$ 35.772.331, respectivamente. Não foi possível concluirmos sobre essas rubricas por meio da aplicação de outros procedimentos de auditoria. ii. A Companhia não efetuou a revisão das vidas úteis e do valor residual do ativo imobilizado durante o exercício de 2024, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, não foi possível concluirmos sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado, que é de R$ 5.985.601 nesta data-base, e da respectiva despesa de depreciação, no montante de R$ 2.277.090 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Não foi possível adotarmos procedimentos alternativos de auditoria visando concluirmos sobre esses saldos. iii. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas de forma comparativa com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram anteriormente auditadas por nós e, sobre elas, emitimos relatório com abstenção de opinião. As citadas demonstrações financeiras do exercício de 2023 apresentam saldos materialmente relevantes relacionados a contas patrimoniais, os quais podem ter impacto na determinação do resultado do exercício e dos fluxos de caixa das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Não foi possível determinarmos a necessidade de eventuais ajustes no resultado e/ou nos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. iv. A Companhia não efetuou o registro contábil e o correspondente recolhimento de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) decorrentes de operações de mútu